COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2011 (Aposos: PR nº 15, de 2011, e PR nº 80, de 2011)

Dá nova redação ao § 3º do art. 25, ao § 2º do art. 26 e acrescenta parágrafo ao art. 45 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Autor: Deputado HENRIQUE EDUARDO ALVES

Relator: Deputado MARCOS ROGÉRIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 5, de 2011, de autoria do Deputado Henrique Eduardo Alves, altera os dispositivos regimentais que enumera, com o fim de permitir que os Deputados possam fazer parte, como membros titulares, de até duas Comissões Permanentes, com exceção da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Estabelece, também, que não será considerada falta às reuniões de Comissão Permanente a ausência do membro titular de mais de uma Comissão Permanente, quando este comparecer à reunião de, pelo menos, uma delas.

Apensado ao PR nº 5, de 2011, tramita o Projeto de Resolução nº 15, de 2011, de mesma autoria. Desta vez, o Deputado Henrique Eduardo Alves propõe a ampliação do rol das ressalvas previstas no art. 26, § 2º, do Regimento Interno, de modo que os Deputados possam fazer parte de mais de uma Comissão Permanente, quando esta for a Comissão de Legislação Participativa, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, de Minas e Energia ou de Seguridade Social e Família.

O Projeto de Resolução nº 80, de 2011, de autoria do Deputado André Figueiredo, também altera o art. 26, § 2º, do Regimento Interno, para permitir que os Deputados possam ser membros titulares de até duas Comissões Permanentes.

Em sua justificação, o autor argumenta que a proposição visa a expandir as possibilidades de atuação dos parlamentares nas Comissões Permanentes. Além disso, beneficia principalmente as bancadas parlamentares de portes médio e pequeno, por disporem de um número menor de parlamentares e, por isso mesmo, necessitarem de uma atuação ampliada de seus membros em um número maior de comissões.

A matéria está sujeita à apreciação do douto Plenário e tramita em regime de prioridade. Foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para que se manifeste sobre o mérito e a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Também deverá ser apreciada pela Mesa Diretora da Casa.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, *a e p*; art. 54; e art. 216, § 2º, I), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito dos Projetos de Resolução nºs 5, 15 e 80, todos de 2011.

Os projetos de resolução sob exame atendem a todos os requisitos constitucionais formais para tramitação, cuidando de matéria pertinente à competência privativa da Câmara dos Deputados, de iniciativa facultada a qualquer Deputado ou Comissão.

Quanto ao conteúdo, não verificamos nenhuma incompatibilidade entre o ali proposto e os princípios e regras que informam a Constituição vigente.

Do ponto de vista da juridicidade, técnica legislativa e redação, a única ressalva que se faz é a ausência da expressão “(NR)” ao final dos dispositivos alterados, como determina a Lei Complementar nº 95/98, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001,¹ que dispõe sobre as normas de redação, elaboração e consolidação das leis.

Os três projetos de resolução ora analisados têm como objetivo comum ampliar a participação dos parlamentares nos trabalhos das Comissões Permanentes da Casa. Para tal, os Projetos de Resolução nºs 5 e 80, de 2011, propõem que os Deputados possam fazer parte de até duas Comissões Permanentes. O que difere as duas proposições é a ressalva feita no PR nº 5, de 2011, em relação à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a qual o autor mantém a exigência de exclusividade na titularidade.

O Projeto de Resolução nº 15, de 2011, por sua vez, procura um caminho mais conservador, na medida em que apenas permite que os Deputados possam fazer parte de mais de uma Comissão Permanente quando se tratar da Comissão de Legislação Participativa, de Minas e Energia, de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Seguridade Social e Família.

Assim, no que diz respeito ao mérito da matéria, parece-nos que as proposições em exame atendem aos anseios dos Deputados, uma vez que, efetivamente, contribuirão para a sua maior participação nos trabalhos das Comissões Permanentes, trabalho este importantíssimo, principalmente em função do poder conclusivo a elas atribuído.

Nesse sentido, apresentamos substitutivo em anexo, adotando a proposta de alteração ao art. 26, § 6º, do Regimento Interno, nos termos sugeridos pelo Projeto de Resolução nº 80, de 2011, e também acatando as alterações feitas pelo Projeto de Resolução nº 5, de 2011 aos arts. 25 e 45 da Norma Interna.

Em consequência, rejeitamos o Projeto de Resolução nº 15, de 2011, mais restrito.

Assim, em face do que se expôs, concluímos nosso voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação dos Projetos de Resolução nºs 5, 15 e 80, todos de 2011 e, no mérito, pela aprovação dos Projetos de Resolução nº 5 e nº 80, ambos de 2011, nos termos do substitutivo em anexo, e pela rejeição do Projeto de Resolução nº 15, de 2011.

Sala das Reuniões, em 29 de novembro de 2012.

Deputado MARCOS ROGÉRIO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2011, E Nº 80, DE 2011

Dá nova redação ao § 3º do art. 25 e ao § 2º do art. 26 e acrescenta o art. 44 - A ao Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A Câmara dos Deputados resolve:

Art. 1º Esta resolução altera o § 3º do art. 25, o § 2º do art. 26 e acrescenta o art. 44 – A à Seção V, do Capítulo IV, do Título II da Resolução nº 17, de 1989, que aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para ampliar a participação dos Deputados em até duas Comissões Permanentes.

Art. 2º O § 3º do art. 25 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 25.

.....

§ 3º O número total de vagas nas Comissões não excederá ao dobro da composição da Câmara, não computados os membros da Mesa. (NR)”

Art. 3º O § 2º do art. 26 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.

.....

§ 2º Nenhum Deputado poderá fazer parte, como membro titular, de mais de duas Comissões

Permanentes, ressalvada a Comissão de Legislação Participativa.

.....(NR)”

Art. 4º Fica acrescido o art. 44 – A à Seção V, do Capítulo IV, do Título II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, com a seguinte redação:

“Art. 44 - A. Não se considera falta às reuniões de Comissão Permanente a ausência do Deputado que seja membro titular de mais de uma Comissão Permanente, quando comparecer à reunião de pelo menos uma delas.”

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, em 29 de novembro de 2012.

Deputado MARCOS ROGÉRIO
Relator